



Informativo de 1 a 15 de junho de 2009

São Paulo — Edição Nº 14 / 2009

COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL ORGANIZA EXPOSIÇÃO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS



A Comissão de Gestão Ambiental da Justiça Federal da 3ª Região promoveu nos dias 4 e 5 de junho a exposição **5 Rs – Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar** com o objetivo de conscientizar magistrados e servidores sobre a importância da reciclagem. A mostra, realizada na semana do Dia Internacional do Meio Ambiente (5/6), apresentou materiais recolhidos nas dependências do Tribunal que podem ser reciclados ou reutilizados e trabalhos artesanais produzidos por ONGs da capital.

Págs. 6 e 7

DAME 20 anos

Nesta edição, o médico Alberto Ogata, primeiro profissional da área de saúde a ingressar no quadro do Tribunal, fala sobre a história do setor.

Págs. 2 e 3

Ação Civil Pública

Projeto da nova lei de ação civil pública é debatido no Tribunal. Novo texto amplia o rol de legitimados ativos e de direitos tutelados.

Págs. 4 e 5

VINTE ANOS DE SERVIÇO MÉDICO NO TRIBUNAL: HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Convencer os servidores de que a DAME não é apenas um pronto-socorro, incentivando-os a gerenciar a própria saúde, buscando qualidade de vida, é um desafio que se impõe aos profissionais do setor



Fotos: Edgard Cato

O médico Alberto Ogata, diretor da Subsecretaria de Assistência Médico-Social do Tribunal

Há vinte anos, no prédio da Rua Líbero Badaró, no centro de São Paulo, em instalações modestas, dividindo espaço com o setor de Distribuição, nascia o serviço médico do TRF3. Curiosamente, pelas mãos de um ginecologista e obstetra, **Alberto José Niituma Ogata**, mais conhecido como “Doutor Alberto”, primeiro profissional

da área de saúde a ingressar no quadro da instituição, encarregado, pelo então presidente **Milton Luiz Pereira**, hoje ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, de realizar os exames admissionais dos primeiros funcionários e organizar o setor.

No início, mesmo com instalações provisórias, poucos recursos, e poucos profissionais - mas muito motivados porque aprovados em um difícil concurso público – contando, todavia, com grande apoio dos dirigentes do tribunal, esse pequeno grupo de pessoas conseguiu gradualmente equipar o espaço com um consultório odontológico e salas para o serviço social e de enfermagem. Não poderiam imaginar, no entanto, que viriam a criar um serviço que seria tido como referência dentro do Judiciário, pela sua amplitude e pela sua gestão.

“O serviço de saúde do TRF3 começou com uma dupla missão”, explica Alberto Ogata, “além de re-

alizar atendimentos básicos, analisar as licenças médicas, fomos incumbidos de implantar um serviço de autogestão em saúde. Optou-se por não contratar um plano de saúde, mas criar o Pró-Social, com hospitais, médicos, laboratórios e clínicas credenciados diretamente com o tribunal. Foi um esforço que envolveu diversas áreas, como contratos, licitações, organização e métodos, folha de pagamentos e exigiu muita pesquisa e estudo, pois não tínhamos nenhuma experiência em gestão destes programas.”

Dr. Alberto vem sendo o responsável pelo atendimento ginecológico e obstétrico nos últimos 20 anos: “É muito gratificante encontrar adolescentes, filhos de servidoras cujo parto ajudei a assistir”. Ao longo desse período, quando ocupou também a função de gestor de área, informa que buscou capacitação concluindo um mestrado em Economia e Gestão da Saúde na Universidade Federal de São Paulo. Na década de 90, criou, junto com os demais membros do setor, um programa de qualidade de vida, pioneiro na área pública. Atualmente, o servidor é presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida.

Ele acredita que o maior desafio do serviço médico no presente é o de fazer os servidores compreenderem que a área de saúde não é apenas um pronto-socorro onde se vai quando se está com dor de cabeça ou gripado, mas um setor que busca a gestão da saúde, por meio de vários programas e ações, que incluem o plano de saúde, o programa de qualidade de vida, os exames periódicos, a saúde ocupacional e a área psicossocial.

“A sociedade quer que a Justiça seja eficiente, célere e acessível. Para que isso seja possível, temos que ter servidores e magistrados



Heraly de Miranda Ventura, auxiliar de enfermagem da Divisão Médica



Equipe da divisão médica: Carmem Pires, Darlene Belisário, Valéria Silva e Rosimery Grande

saudáveis e produtivos. O envelhecimento de nossa população, as grandes demandas de trabalho, a informatização e as doenças crônicas fazem com que o risco de adoecimento aumente. Temos certeza de que o estilo de vida saudável é fundamental para que as pessoas conservem a sua saúde e a sua qualidade de vida”, lembra Dr. Alberto. Dessa forma, o serviço médico tem buscado estimular as pessoas a serem mais ativas, terem alimentação equilibrada, não fumar, gerenciar o stress e manter o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.

“Ter bons relacionamentos, contato com a natureza, bom humor, momentos de reflexão e parada, equilíbrio são fatores fundamentais para que nos conservemos ativos, com energia, com bem-estar e produtivos ao longo de muitos anos, inclusive após a

aposentadoria”, assinala o médico.

Ele declara que o apoio constante de todos os presidentes, ao longo dos últimos vinte anos, foi muito importante para o desenvolvimento e manutenção dos progra-

saúde de nossa população”, avalia Dr. Alberto.

Andréa Moraes

“É muito gratificante encontrar adolescentes, filhos de servidoras cujo parto ajudei a assistir”

Alberto Ogata, médico do TRF3



Da esq. para a dir. Elisabete Félix Farias, Assistente Social; Célia Lopomo, Psicóloga; Durbin Alina Mota Seixas Alves, Psicóloga; e Djenane Medina Jovita, Assistente Social

PROJETO DA NOVA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA É DEBATIDO NO TRIBUNAL

Novo texto amplia o rol de legitimados ativos, o rol dos direitos tutelados e cria, dentre outros institutos, o cadastro nacional de processos coletivos

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região-Emag, dirigida pelo desembargador federal **Newton De Lucca**, promoveu, no dia 5 de junho, uma apresentação com debates do Projeto de Lei nº 5139/2009, em trâmite no Congresso Nacional, que disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

O evento foi aberto pela presidente do TRF3, desembargadora federal **Marli Ferreira**, e contou com a presença de diversos especialistas na matéria, como: o atual Secretário Especial de Reforma do Judiciário, **Rogério Favretto**; a desembargadora federal **Consuelo Yoshida**, diretora acadêmica da Emag; **Luiz Manuel Gomes Jr.** do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD; o jurista **Nelson Nery Jr.**; o jurista **Hugo Nigro Mazzilli**; o desembargador **Eutálio Oliveira**, representando a Escola Paulista de Magistratura; a procuradora da República **Geisa Rodrigues**, do Ministério Público Federal de São Paulo; o promotor **Ivan Castanheiro**, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo; **Eduardo Martines**, representando a Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo e **Luciana Gasparini**, representando a Procuradoria do Estado de São Paulo.

O secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favretto, abriu a exposição com um breve histórico a respeito da criação do projeto de lei, que nasceu em um contexto marcado pela forte discussão acadêmica sobre a possível elaboração de um código de processo coletivo, até que em junho de 2008, em um Congresso de Carreiras Jurídicas promovido pela Advocacia-Geral da União, houve uma oficina específica sobre o tema, de



As desembargadoras federais Marli Ferreira, presidente do TRF3, e Consuelo Yoshida, diretora acadêmica da EMAG, participaram da apresentação do projeto

onde surgiram diversas propostas e montou-se uma comissão para estudar o assunto, composta por 24 representantes de todas as carreiras jurídicas, reunidos no Ministério da Justiça, com diversos colaboradores e consultores.

O Projeto de Lei passou por discussões dentro do governo, mais especificamente dentro da Casa Civil. Em 13 de abril último, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o abrigou sob o chamado do “Pacto Republicano”, que faz parte de um projeto mais amplo de governo. Houve algumas alterações no Congresso, tais como a retirada da tutela da proteção de questões tributárias e previdenciárias, mas já existem propostas de emendas tendentes a restaurar essa proteção.

“O projeto amplia a legitimidade, traz agilidade, efetividade e segurança jurídica pela concentração”, diz Favretto, “evita decisões desencontradas sobre uma mesma matéria”. Para ele, existem pontos da proposta que se revestem de maior importância: a ampliação do rol dos legitimados

(OAB, partidos políticos, associações); a ampliação dos direitos coletivos tuteláveis (matéria tributária e previdenciária); criação de cadastros nacionais de inquéritos civis e de compromisso de ajustamento de condutas; tratamento especial para suspensão de ações individuais quando há uma ação coletiva; possibilidade de adotar meios alternativos de solução de conflitos, como a escolha de um árbitro pelas partes.

A presidente Marli Ferreira crê que o projeto deverá resolver os problemas que existem hoje em torno da substituição administrativa entre o Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, que muitas vezes ingressam com a mesma ação, o que, no dizer da desembargadora “causa perplexidade”. Para ela, o projeto pacifica pontos de divergência da lei antiga.

O relator da comissão que criou o projeto, Luiz Manuel Gomes Júnior, informa as diretrizes que orientam os trabalhos: aperfeiçoar alguns dos instrumentos que já existem na lei atual; acabar com



Mesa de apresentação do projeto da nova lei de ação civil pública, da esq. para a dir: o jurista Hugo Nigro Mazzilli; o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Luiz Manuel Gomes Jr.; o Secretário Especial de Reforma do Judiciário Rogério Favretto; a desembargadora federal Marli Ferreira; a desembargadora federal Consuelo Yoshida e o jurista Nelson Nery Jr.

a chamada “loteria judiciária”, na qual é impossível prever o resultado de um processo, uma vez que o novo sistema suspende as demandas individuais na existência de uma ação coletiva; restaura a igualdade no que diz respeito à legitimidade, uma vez que a iniciativa para a ação não é exclusiva do Ministério Público, da Defensoria ou dos co-legitimados, mas é uma lei para toda a sociedade, na qual é possível corrigir o pólo ativo em qualquer momento.

“A regra busca um equilíbrio”, assinala Luiz Manuel Gomes Júnior. Também é possível alterar o pedido e a causa de pedir a qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que preservados o contraditório e a ampla defesa. Ele ressalta que a criação do cadastro nacional de processos coletivos, do cadastro nacional de inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta impõe um controle maior sobre a tutela coletiva. “Aperfeiçoar o sistema é a tônica”, declara.

Após a apresentação, os debatedores presentes levantaram pontos de divergência e pontos com os quais concordam a respeito do projeto. Três pontos foram especialmente debatidos. O primeiro deles, diz respeito à necessidade de inclusão no rol dos direitos tutelados pela ação civil pública das questões tributárias e previdenciárias. A maioria entende que são essas ações que geram uma demanda que abarrotava o Judiciário e a população só teria a ganhar com decisões coletivas, que contemplassem um número mais abrangente de jurisdicionados, reconhecendo-lhes direitos que muitas vezes geram “filas” de processo, em detrimento da celeridade na solução dos conflitos.

O segundo, diz respeito à revogação da Lei 9494/97, que restringe a validade da decisão dada na ação civil pública aos limites da jurisdição territorial do magistrado que a proferiu. A maioria concorda em ampliar esse limite e, para

tanto, deverá contribuir o cadastro nacional de ações coletivas, a fim de evitar demandas repetitivas.

O terceiro ponto, objeto de muita controvérsia, é a obrigatoriedade de os jurisdicionados que entraram com ações individuais deverem suspender o processo na existência de ação coletiva. Alguns entendem que isso fere o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. “Temos que transformar o processo coletivo numa conveniência para o indivíduo e não em um ônus”, diz Hugo Mazzilli. Outros acreditam que se permanecer a possibilidade das demandas individuais na pendência de ações coletivas, continuará a existência do que existe hoje: quem tem possibilidade financeira lançará mão da tutela individual, quem não tem, não terá essa opção, em detrimento do fortalecimento da tutela coletiva.

Andréa Moraes

COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL ORGANIZA EXPOSIÇÃO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

Mostra reuniu sucatas produzidas pelo Tribunal com potencial para reciclagem e artesanatos desenvolvidos por ONGs da cidade de São Paulo

Fotos: Edgard Catão



Nem tudo é lixo. Os resíduos têm valor econômico e podem ser reutilizados ou reciclados”.

Annabella Andrade, da ONG Comunidade Brasil, responsável pela montagem da exposição, afirma que a mostra, além de comemorar o Dia Internacional do Meio Ambiente tem como proposta sensibilizar as pessoas para que elas se movam no sentido da reciclagem.

Atualmente, no Tribunal, cada servidor utiliza diariamente 6 copos plásticos e imprime mensalmente, em média, 500 folhas. Para reduzir o consumo e conscientizar servidores é magistrados sobre a importância da reciclagem, a Comissão de Gestão Ambiental da Justiça Federal da 3ª Região organizou nos dias 4 e 5 de junho a exposição 5 Rs – Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar. A mostra, realizada na semana do Dia Internacional do Meio Ambiente (5/6), apresentou materiais recolhidos nas dependências do Tribunal que podem ser reciclados ou reutilizados e trabalhos artesanais produzidos por ONGs da capital a partir de sucatas.

A exposição atende a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que pede que os órgãos do Poder Judiciário se manifestem em datas específicas. A desembargadora federal Consuelo Yoshida, membro da Comissão de Gestão Ambiental da 3ª Região, participou da abertura da exposição. “É importante mostrar como todo material que se utiliza e que, normalmente, se joga no lixo é útil.

bunal, com a indicação do tempo que esses materiais permanecem no meio ambiente e como podem ser reutilizados e reciclados. Annabella Andrade explicou que o lixo recolhido no Tribunal tem grande potencial para a reciclagem e o reaproveitamento. Ela comentou como os pneus poderiam ser reaproveitados. “Com o pneu pode se fazer pufes e com as câmaras dá para fazer bolsas”, exemplificou.

Na segunda parte da exposição, a ONG Comunidade Brasil apresentou produtos desenvolvidos a partir de papel, couro vegetal, cerâmica e vidro, por outras 13 ONGs da cidade de São Paulo. Entre os trabalhos expostos, os visitantes se depararam com agendas e cartões produzidos pelos integrantes do Projeto Papel de Gente que reúne 500 pacientes do Centro de Apoio ao Paciente Psiquiátrico do Hospital de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina. “O grupo é formado por pessoas que têm algum transtorno psíquico como esquizofrenia ou transtorno obsessivo compulsivo (TOC)”, explica Annabella Andrade, representante da ONG Comunidade Brasil.



CADA FUNCIONÁRIO UTILIZA



6 copos plásticos por dia



500 folhas por mês

O papel do Tribunal na preservação do Meio Ambiente

A desembargadora federal Consuelo Yoshida explica que algumas medidas adotadas no tribunal têm contribuído para a redução do volume de lixo produzido. “O lixo que sai daqui não é lixo, é uma grande quantidade de papel. O número de páginas impressas está diminuindo após a determinação para que a impressão seja feita frente e verso.

Além disso, o envio de memorandos e ofícios por e-mail, também contribui. Entre gabinetes, não imprimimos mais as pautas e resumos de pautas. Com isso, estamos reduzindo o uso de papel”.

A Comissão de Gestão Ambiental da Justiça Federal da 3ª Região também realiza campanhas para racionalizar a utilização de copos e papel no Tribunal. “Queremos que os servidores se conscientizem. No primeiro momento, a gente está pedindo para eles reduzirem o número de copos utilizados. Em um segundo momento, vamos fazer uma campanha para que cada servidor utilize apenas um copo durante o dia”, explica a servidora Fátima Agostinho da Graça Félix, integrante da Comissão. “Estamos tentando partir para conscientização ambiental, é importante o servidor entender que ele precisa reduzir para poder cuidar do meio ambiente”, finaliza.

A Comissão de Gestão Ambiental

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região, responsável pela organização da exposição, foi instituída por uma portaria da presidência do TRF3 em junho de 2008 e é composta por servidores e magistrados. Ela tem atribuições como planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à gestão ambiental

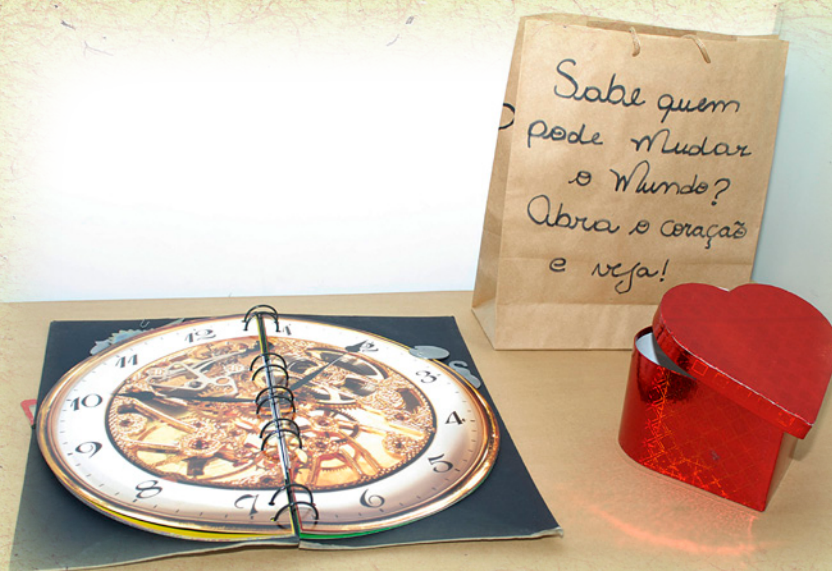


A desembargadora federal Consuelo Yoshida observa artesanato produzido por ONG da cidade de São Paulo

no Tribunal e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

As ações da Comis-

que a ideia é ampliar o serviço, criando um espaço de interatividade. “Queremos abrir um canal para que as pessoas tragam sugestões, tirem dúvidas, contem suas experiências”, afirma. Segundo ela a objetivo da Comissão é apresentar o trabalho e fazer com que o



são visam à adoção de medidas de economia de recursos ambientais e materiais como o uso racional da água, energia elétrica, comunicações e ar condicionado.

A Comissão já disponibilizou uma página na intranet com informações sobre consumo consciente. A servidora Fátima Félix, integrante da comissão, explica

servidor possa levar isso para fora, se tornando um multiplicador nas residências, nas escolas e nos condomínios, levando a experiência daqui para outros lugares. “A gente quer passar conhecimento para os servidores que não têm contato e aprimorar a educação ambiental dos que já têm”.

Wellington Campos

SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL E AMIL APRESENTAM RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SAÚDE DOS SERVIDORES

A primeira etapa do Programa de Qualidade de Vida (PAQV) foi concluída com grande êxito, com participação de 1337 servidores (mais de 80% da nossa população) que realizaram as avaliações para fatores de risco para doenças crônicas e cardiovasculares, como infarto, derrame cerebral, câncer e diabetes. Os resultados foram avaliados por um sofisticado sistema que identificou os servidores com baixo risco (faixa verde) e os que precisam de alguma orientação, encaminhamento ou tratamento (faixas amarela e vermelha). Todos os servidores receberão a devolutiva de suas avaliações, através de correspondência personalizada e de caráter sigiloso. As pessoas que se enquadrarem nas faixas amarela e vermelha (cerca de 33% do total) serão convidadas a participar de atividades para melhoria do seu nível de saúde e estilo de vida.

Os resultados apontaram que mais da metade dos servidores são sedentários, 15% são obesos e 27% possuem hipertensão arterial. Estes dados são mais elevados que a média observada entre a população atendida pela AMIL. Apenas 10% dos servidores relataram ser fumantes (abaixo da média populacional, graças às ações de tratamento do tabagismo e

de termos as nossas instalações livres do tabaco). Além disso, mais de 40% dos servidores relataram ter níveis de stress moderado ou alto.

O aumento da idade média dos servidores do TRF3 (na pesquisa foi de 41 anos) e a elevada frequência de fatores de risco (obesidade, stress, hipertensão, colesterol alto) devem ser elementos para estimular a todos a buscar um estilo de vida mais saudável para evitar doenças crônicas e para termos melhor qualidade de vida e bem-estar, inclusive após a aposentadoria.

Dr. Alberto Ogata e Dra. Rosely Glezer



TRIBUNAL TERÁ CAMPANHA DE ADESÃO AO PLANO DE SAÚDE DA AMIL

Magistrados e servidores do Tribunal poderão participar da campanha de novas adesões e alterações de plano da Amil, no período de 15/6 a 15/7/2009.

A Amil disponibiliza para o Tribunal três categorias de planos: Amil Blue Gold, Amil-140 Plus e Amil-160. Nesta campanha, magistrados, servidores e seus dependentes terão a possibilidade de fazer a sua transferência de plano após a análise da Amil ou poderão alterar sua adesão para planos superiores ou inferiores.

No caso da alteração para planos inferiores, somente será permitida a troca se os recursos exclusivos do plano superior não houverem sido utilizados nos últimos 12 meses, parâmetro que tem sido adotado por todas as operadoras, tendo em vista que, em caso negativo, os custos da utilização de recursos de maior valor acabariam sendo repassados aos beneficiários que permanecessem no plano, sem a participação daquele que realmente efetuou as despesas.

Além disto, aqueles que ainda estiverem

cumprindo prazos de carência, por terem aderido aos planos após a campanha que ocorreu por ocasião do início do contrato, não terão direito a sua redução ou eliminação em função desta campanha.

São considerados dependentes do magistrado ou do servidor, o cônjuge e os filhos até 21 anos, ou 24 anos se estiverem cursando ensino superior, forem solteiros e dependentes financeiramente do servidor.

A campanha da Amil para novas adesões sem carências estará aberta também aos estagiários contratados pelo Tribunal e pela Seção Judiciária de São Paulo. Os documentos necessários para a adesão são: cópia do contrato do CIEE, do RG, CPF e comprovante de residência. No caso dos estagiários, não haverá participação fi-

nanceira do Tribunal ou Seção Judiciária de São Paulo.

O contrato prevê, para todos os planos, dois reajustes anuais: um financeiro e outro por sinistralidade. O Tribunal está em negociação com a empresa para decisão acerca do reajuste a ser aplicado na parte

financeira, previsto para desconto na folha de pagamentos do mês de julho. Os novos valores serão informados a todos tão logo estejam oficializados. Lembramos que o reajuste sobre o valor correspondente à diferença entre os planos superiores e o básico é da inteira responsabilidade do servidor.

O interessado em participar da campanha ou esclarecer dúvidas pode entrar em contato com a Divisão do Pró-Social pelo e-mail dpro@trf3.jus.br.

Ana Cristina Eiras

CAMPANHA PARA AGREGADOS

A campanha para receber a inscrição de agregados deverá ocorrer posteriormente, em período a ser acertado entre o Tribunal e a operadora Amil, pois, em novembro, está previsto em contrato um reajuste por sinistralidade (despesas por utilização com internações, consultas, exames, frente ao pagamento mensal do grupo). Como este grupo tem apresentado um gasto bastante elevado, devido a doenças crônicas relacionadas à faixa etária, com internações prolongadas e custosas, decidiu-se pelo adiamento da campanha, quando poderá ser informado o novo valor negociado com a operadora Amil, que será aplicado de acordo com as diversas faixas etárias.

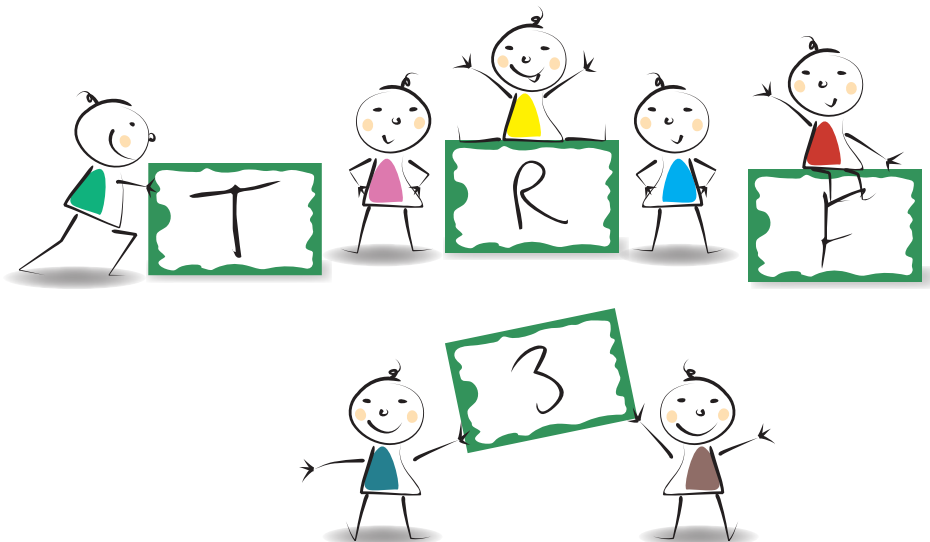
São considerados agregados os pais, irmãos (quando inválidos) e filhos que não se enquadrarem como dependentes.

SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO INTERNA OFERECE OPORTUNIDADE PARA QUEM QUER DAR AULA NO TRIBUNAL

Magistrados e servidores com conhecimentos em áreas específicas podem atuar como coordenadores e instrutores em atividades de capacitação e aperfeiçoamento

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região possui em seu quadro de funcionários pessoas de diferentes formações e especializações. Pensando nos diversos talentos de seus servidores e em como esses conhecimentos poderiam ser compartilhados, o Tribunal criou, em maio de 2008, o Banco de Talentos. Trata-se de um programa da Secretaria de Gestão de Pessoas, que procura identificar magistrados e servidores com conhecimentos em áreas específicas para atuarem como coordenadores e instrutores em atividades de capacitação e aperfeiçoamento de servidores.

Foi assim que o servidor **Lauro Souza Pereira de Lima Carvalho**, que trabalha no Gabinete da desembargadora federal Salette Nascimento, começou a dar aulas para seus colegas. No ano passado, ele se inscreveu no Banco de Talentos por meio da Intranet e, pouco tempo depois, a Secretaria de Gestão de Pessoas o convidou para dar aulas. “Eu nunca havia lecionado antes, mas estou muito satisfeito porque eu descobri uma



vocação que eu não sabia que tinha. Dar aulas aqui só reforçou a minha idéia de fazer mestrado e seguir carreira acadêmica”, conta.

Apesar de nunca ter dado aulas, no Tribunal ele já está lecionando para sua 4ª turma, totalizando mais de 80 alunos. Já deu aulas de Direito Civil, Penal e agora de Direito Processual Penal. “Quando recebi o primeiro convite do RH, era para dar aulas de Direito Civil.

Mesmo não sendo fã dessa matéria, topei. Mas justamente por não ser fã é que eu me motivei para estudar mais e acabei gostando. Existe aquele ditado: se você quer aprender, vá dar aulas. Isso é verdade porque para dar aula você é obrigado a estudar, e estudar já pensando como transmitir o conteúdo para os alunos, então é um estudo reforçado”, afirma Lauro.

É possível se inscrever no Banco de Talentos pela própria Intranet do Tribunal. Para isso, é necessário entrar com o login e senha na página da “Secretaria de Gestão de Pessoas”, clicar em “Banco de Talentos”, depois em “Cadastro de Instrutor” e preencher a ficha que aparece na tela, escolhendo as áreas em que se tem interesse. Além das diversas especialidades do Direito, também é possível escolher áreas como: Auditoria de Finanças, Comunicação Social, Informática, Língua Portuguesa, Recursos Humanos, Segurança, entre outros. Também são aceitas sugestões para novos temas.

O Banco de Talentos faz parte do Programa Nacional de Capacitação da Justiça Federal e do Programa Permanente de Capacitação

Fotos: Edgard Catão



Lauro Souza Pereira de Lima Carvalho, servidor do Gabinete da Desembargadora Federal Salette Nascimento, já está na sua quarta turma de alunos

da Justiça Federal da 3ª Região e conta hoje com 48 servidores cadastrados, dos quais 19 já ministraram ou estão ministrando cursos sobre os principais temas de interesse do órgão.

Segundo a Secretaria de Gestão de pessoas, as vantagens para o Tribunal de se contratar professores do quadro de funcionários são: redução do custo com treinamento, integração entre os servidores participantes, estímulo à participação de novos instrutores e aprendizado mais direcionado às necessidades da instituição, uma vez que os instrutores já conhecem a cultura e o dia-a-dia da Administração.

Para Lauro Carvalho, dar aulas no Tribunal traz as seguintes vantagens: “além de estudar em dobro, lecionar para colegas é prazeroso, gratificante e não tem aquela formalidade. Todos ficam à vontade para fazer perguntas e mandar e-mails para tirar dúvidas”.

Entretanto, há casos, segundo a Secretaria de Gestão de Pessoas, em que a contratação externa se apresenta como a melhor solução, “principalmente em cursos destinados a um número reduzido de participantes; em eventos que contem com a presença de profissionais de notória especialização; ou nos quais se avalie que a troca de experiência com profissionais de outros órgãos e empresas venha a contribuir consideravelmente para o conhecimento profissional dos participantes”.

As principais diretrizes para a elaboração dos cursos são: reciclagem obrigatória, desenvolvimento gerencial, temas de grande alcance, notoriamente os jurídicos e, por último, cursos com foco no desenvolvimento de competências específicas. O inteiro teor da programação de eventos 2009 está



Turma de servidores assiste Curso de Direito Processual Penal ministrado pelo colega Lauro Pereira

disponível na intranet, na página da Secretaria de Gestão de Pessoas: Acessar “Minha Página”, clicar na opção “Capacitação” e, em seguida, “Programação de Eventos 2009”.

E para quem tem dúvidas se vale a pena frequentar os cursos oferecidos no Tribunal, Lauro também opina: “mesmo para uma pessoa graduada em Direito, eu acho que vale a pena participar desses cursos como uma forma de reciclagem. Primeiro, por causa das atualizações e, segundo, para reforçar, porque o principal problema de qualquer pessoa já formada e pós-graduada é o afunilamento de conhecimento, estudar somente determinados conhecimentos e esquecer a base”.

Ana Carolina Minorello



BANCO DE TALENTOS DO TRF3

Para se inscrever no banco de talentos o candidato deve possuir conhecimento e experiência no tema que pretende ministrar e ter trabalhado como instrutor ou professor ou ter participação em curso de formação para instrutoria.

Havendo mais de um interessado no mesmo tema, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- Doutorado, mestrado, curso de especialização de, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas ou graduação, nessa ordem de prioridade, na área de atividade do treinamento;
- Melhor avaliação como instrutor em treinamentos anteriores e de mesmo conteúdo programático do que será ministrado;
- Maior tempo de experiência como instrutor da matéria objeto de treinamento;
- Maior tempo de experiência profissional em atividade relacionada ao conteúdo programático do treinamento a ser ministrado;
- Maior tempo de serviço na Justiça Federal da 3ª Região.

Desde que entrou no Tribunal, em agosto de 2000, Luciana trabalha na Diretoria Geral. Mas, antes de vir para cá, ela foi bancária por sete anos e também passou pela USP, onde trabalhou como secretária do procurador-chefe da consultoria jurídica.



Luciana, servidora da Diretoria Geral, é a convidada da coluna Bate-Papo

NOME – Luciana de Oliveira Benedete Cardoso

IDADE – 36 anos

ONDE TRABALHA – Diretoria Geral

FORMAÇÃO – Direito

LIVRO PREDILETO – “As 5 Linguagens do Amor”, de Gary Chapman

FILME QUE ASSISTI – “O Diabo Veste Prada”

MÚSICA QUE MARCOU – A que tocou no meu casamento, “Essência de Deus”, de João Alexandre

LAZER NO FIM-DE-SEMANA – Cinema

MINHA FAMÍLIA – “Meu maior tesouro”, é o propósito de Deus desde o início

COMIDA QUE EU GOSTO – Carne moída, batata frita, cachorro quente, pipoca e chocolate

O MELHOR RESTAURANTE DA PAULISTA – Quinta-feira, a lasanha do Indiano

UM LUGAR EM SÃO PAULO – Rua 25 de Março

SE EU NÃO FOSSE SERVIDOR – Estaria na USP ainda

UM SONHO – Conhecer a Espanha

TRF3 REALIZA SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM NAVIRAÍ (MS)

O desembargador federal Carlos Muta, membro efetivo do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, participou do evento, representando a presidência do Tribunal

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) realizou, no último dia 5 de junho, solenidade de lançamento da pedra fundamental para a construção das novas instalações da 6ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Naviraí. Na oportunidade, o desembargador federal **Carlos Muta**, membro efetivo do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, representou a presidente do TRF3, a desembargadora federal **Marli Ferreira**.

A Subseção de Naviraí, criada e implantada em 24 de janeiro de 2005, marcando a presença da

Justiça Federal no sudoeste de Mato Grosso do Sul, tem jurisdição sobre os municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquaraí, Japorã, Jateí, Juti, Mundo Novo, Sete Quedas e Tacuru, atendendo a uma população de cerca de 145 mil habitantes.

Em seu discurso, o desembargador federal Carlos Muta destacou que a pedra fundamental para construção da nova sede da Justiça Federal em Naviraí significa o compromisso de atender as demandas sociais, especialmente aos mais carentes, “que têm no Poder Judiciário a última esperança na proteção, salvaguarda e efetivação

dos seus direitos fundamentais”.

O evento contou com a presença do prefeito de Naviraí, **Zelmo de Brida**; do diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juiz federal **Renato Toniasso**; da juíza federal **Leila Paiva Morrison**, em auxílio à presidência do TRF3; do diretor da Subseção Judiciária de Naviraí, juiz federal **Joaquim Eurípedes Alves Pinto**; do procurador da República, **Raphael Otávio Bueno dos Santos**; e do presidente da OAB/Naviraí, **Antonio Carlos Klein**.

Ana Cristina Eiras



O desembargador federal Carlos Muta participou da solenidade de lançamento da pedra fundamental para construção da nova sede da JF em Naviraí (MS)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



EXPEDIENTE

Edição:
Ester Laruccia – MTB: 26021
Assessora de Comunicação

Reportagem:
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras,
Andrea Moraes, Ester Laruccia, Mônica Gifoli,
Wellington Campos

Secretaria de Redação:
Daniela Benedete

Fotografia:
Edgard Catão, João Fábio Kairuz

Colaboradores:
Bernardo Spinelli, Marcos Vinicius Moura

Projeto Gráfico e Editoração:
Edgard Catão

ANO II / Número 14 / 2009

Realização:
Assessoria de Comunicação Social do TRF3
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul
10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna